



## **BIOPOLÍTICA E PANDEMIA: QUE FUTURO QUEREMOS?**

**MARGARIDA AMARAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

### **I**ntrodução

O contexto pandémico que atravessamos, bem como as consequentes preocupações com a vida e a saúde dominam os discursos políticos. Há mais de um ano que a política se revela claramente como a dimensão em que o foco é a vida e não as liberdades ou os direitos. Este facto é uma evidência de cada vez que acedemos aos meios de comunicação social que, a toda a hora, invadem as nossas casas com notícias sobre números avassaladores de casos positivos, situações-limite vividas nos hospitais, decretos de estados de emergência, medidas de confinamento... Será que este facto é uma novidade no contexto actual ou o culminar de uma situação que se vem alastrando? Qualquer destas opções é legítima e não entra em contradição com a outra, isto é, é possível defender que a situação que vivemos é o culminar de uma política que se vem assumindo como uma biopolítica e, simultaneamente, entrever que, num certo sentido, ela se assume como uma novidade. Por um lado, é possível recorrer a autores consagrados como Michel Foucault, Hannah Arendt e Giorgio Agamben no sentido de evidenciar que a política se tem reduzido a preocupações vitais e que, portanto, a situação actual mais não é do que a continuação desta redução que Foucault tão bem denominou "biopolítica".

Por outro lado, também é verdade que o contexto que vivemos é novo pois talvez nunca tenhamos assistido com tanta evidência ao domínio que as preocupações vitais assumem na esfera da política. Se até agora, pelo menos no contexto das nossas sociedades democráticas, os direitos e as liberdades eram muitas vezes menosprezados e os cidadãos facilmente se acomodavam à dimensão privada da sua existência, esses direitos e liberdades são agora expressamente



## **BIOPOLÍTICA E PANDEMIA: QUE FUTURO QUEREMOS?**

**MARGARIDA AMARAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

negados e a opinião pública é obrigada a aceitar essa negação. Afinal, a circunscrição à vida privada surge não já por comodismo ou desinteresse pela esfera pública e pela participação política, mas como uma necessidade em nome da nossa sobrevivência individual e a da própria espécie. Esta realidade tem inegáveis consequências éticas e políticas. Este artigo procura esclarecer estas consequências a partir da compreensão daquilo que se entende por biopolítica e da novidade que o contexto pandémico que atravessamos inaugurou a este respeito.

### **O conceito de biopolítica:**

Em 1976, Michel Foucault baptizou de "biopolítica" a política da modernidade, procurando traduzir a ideia de que a vida se tornou, desde o século XVIII, um "objecto político". (Foucault 1994, 147) Segundo o autor, desde Aristóteles até à modernidade considerou-se a distinção grega entre *bios* e *zôê*. Ambas as palavras remetem para a vida, mas para uma vida concebida de forma diferente. A *zôê* referia-se a uma vida entendida no seu sentido puramente biológico, a vida nua, o simples facto de estar vivo. Nesta acepção, a vida dos homens não se distingue da dos animais. Por outro lado, a *bios* remete em Aristóteles para uma vida em sentido qualificado, específica dos seres humanos, que podem desenvolvê-la pela contemplação (*bios theoretikos*) e pela política (*bios politikos*). (Aristóteles 1998, 1095b) Ora, Foucault considera que a transformação ocorrida na modernidade consiste na anulação da possibilidade de o homem desenvolver uma vida política no sentido de uma vida qualificada, vendo a sua vida reduzida a uma acepção puramente biológica no domínio da política. São suas as palavras: "O homem, durante milénios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além



## **BIOPOLÍTICA E PANDEMIA: QUE FUTURO QUEREMOS?**

**MARGARIDA AMARAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

disso, capaz de uma existência política; o homem moderno é um animal na política do qual a sua vida de ser vivo está em causa". (Foucault 1994, 145)

O que significa exactamente esta redução? Significa que a existência política do homem, uma das dimensões da sua vida qualificada, é anulada e que o discurso político é dominado por preocupações "vitais". Foucault enumera-as: "O "direito à vida", ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades". (Foucault 1994, 147)

Giorgio Agamben recupera o neologismo proposto por Foucault, esclarecendo-o através do conceito de *homo sacer*. Trata-se de uma figura obscura do Direito Romano – um homem sagrado cuja vida era insuscetível do ponto de vista religioso, mas que era privado de quaisquer direitos civis, podendo assim a sua vida ser destruída por qualquer um. Este estatuto paradoxal do *homo sacer* corresponde, segundo o autor, àquilo que somos hoje – homens que elevam a sua vida ao mais alto estatuto, entendendo-a como insuscetível, mas que simultaneamente a vêm exposta à violência e, portanto, à morte profana, numa escala sem precedentes. Os novos "*homines sacri*", que hoje somos, assumem a sua vida como sagrada, para lá da dimensão religiosa do conceito, mas pelo menos desde o início do século XX, têm a sua vida exposta à morte como nunca. (Agamben 1998, 111). Segundo Giorgio Agamben, o conceito de "biopolítica" enquadra-se perfeitamente nesta ideia de uma vida sagrada, muito embora exposta à violência e à morte. A vida nua, a vida entendida na sua dimensão puramente biológica é elevada ao estatuto da sacralidade e domina os discursos políticos na contemporaneidade. Nas diferentes análises que este autor apresenta sobre a pandemia, nada disto se alterou.



## **BIOPOLÍTICA E PANDEMIA: QUE FUTURO QUEREMOS?**

**MARGARIDA AMARAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

### **Biopolítica e pandemia – consequências éticas e políticas**

Giorgio Agamben tem sido amplamente criticado pelas suas declarações relativamente à situação que atravessamos. Estas declarações apresentam três aspectos que importa diferenciar. Por um lado, Agamben assume uma perspectiva negacionista que nunca é assumidamente contrariada pelo autor. Além disso, uma das dimensões persistentes nos seus textos consiste numa crítica à actuação dos governos. Finalmente, Agamben assume uma preocupação constante no que diz respeito ao futuro, nomeadamente em termos éticos e políticos. Façamos o percurso dos seus textos sobre estes assuntos, no sentido de esclarecer a sua posição e o modo como articula estes três aspectos.

Em Fevereiro de 2020, o Conselho Nacional de Investigação de Itália publicou uma declaração oficial intitulada "Coronavírus. Risco baixo, entenda as condições das vítimas". Nesta declaração afirmava-se a necessidade de "evitar o alarmismo excessivo", a qual se justificava sobretudo através do reduzido número de casos (19 em 60 milhões de pessoas), e dos "sintomas leves / moderados (um tipo de gripe) em 80-90% dos casos". A declaração sustenta ainda a capacidade do sistema de saúde italiano para lidar com esta situação, declarando de forma peremptória que "Não há epidemia de SARS-CoV2 em Itália". (CNR - Consiglio Nazionale delle Ricerche 2020) Foi na sequência desta declaração que, no mesmo mês de publicação da referida declaração, Giorgio Agamben escreveu um artigo de índole negacionista em que questiona:



## **BIOPOLÍTICA E PANDEMIA: QUE FUTURO QUEREMOS?**

**MARGARIDA AMARAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**"Se essa é a situação real, porque é que os média e as autoridades estão a tentar espalhar um clima de pânico, provocar um estado de excepção real, com sérias limitações do movimento e uma suspensão do normal funcionamento das condições de vida e de trabalho em regiões inteiras?"  
(Agamben, *The coronavirus and the state of exception* 2020)**

O autor apresenta duas razões fundamentais para esta aparente desproporção entre a realidade e as medidas tomadas. A primeira é o facto de haver uma "tendência crescente para usar o estado de excepção como um paradigma normal de governação". (Agamben, *The coronavirus and the state of exception* 2020) Isto significa que a manutenção de um estado de excepção, ou a sua renovação consecutiva, pode transformar-se numa tendência que se afigura tentadora para os próprios cidadãos. Repare-se que este estado surge em nome da segurança individual, atendendo em particular à preservação da vida e, neste caso específico, da saúde. Ora, sendo que estas são preocupações centrais dos indivíduos e que o estado de excepção é assumido como necessário à preservação de dimensões desta ordem, torna-se tentador perpetuá-lo para lá do fim que o justifica, neste caso, a pandemia. Como vimos, o autor alerta há anos para a redução da política à vida nua, isto é, para a diminuição de liberdades e direitos políticos em prol do aumento das preocupações vitais e de uma biopolítica que as assegura.

A segunda razão apresentada por Agamben para a desproporção entre a situação real e as medidas assumidas pelos governos é o "estado de medo que manifestamente se espalhou nos últimos anos nas mentes dos indivíduos e que se traduz numa necessidade real de estados colectivos de pânico, para os quais a epidemia oferece novamente o pretexto ideal". (Agamben, *The coronavirus and the state of exception* 2020) A controvérsia surge quando o autor conclui esta ideia e o



## **BIOPOLÍTICA E PANDEMIA: QUE FUTURO QUEREMOS?**

**MARGARIDA AMARAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

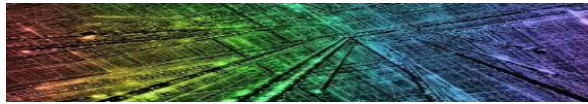
**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

próprio artigo com a afirmação de que existe um "círculo vicioso" neste processo de atemorização: os governos provocam uma necessidade de segurança, justificando as suas intervenções em termos de limitação da liberdade no sentido de atender a essa necessidade que é criada por eles próprios. (Agamben, *The coronavirus and the state of exception* 2020) Esta afirmação de Agamben, apoiada na declaração oficial do Conselho Nacional de Investigação de Itália, é refém do negacionismo que caracteriza declaradamente este seu primeiro artigo sobre a pandemia.

No dia 11 de Março de 2020, Agamben publica um novo texto sobre a pandemia, intitulado "Contágio". Neste artigo, a perspectiva negacionista persiste e mantém-se a crítica sobre a actuação dos governos, bem como a ideia de que são os governantes que incitam simultaneamente a necessidade de segurança e o medo, em nome da limitação das liberdades. Além desta preocupação política, o autor acrescenta uma preocupação "relacional" em termos daquilo que a ideia de "contágio" provoca. A este respeito, o autor declara que:

"Ainda mais triste do que as restrições às liberdades implícitas nas disposições é, a meu ver, a degeneração das relações entre os homens que podem produzir. O outro homem, seja quem for, mesmo um ente querido, não deve ser abordado ou tocado e é necessário colocar entre nós e ele uma distância que segundo alguns é de um metro, mas de acordo com as últimas sugestões dos chamados especialistas deve ser de 4,5 metros (interessante esses cinquenta centímetros!). O nosso vizinho foi abolido". (Agamben, *Contagio* 2020)

É de referir que esta questão "relacional" levantada por aquilo que passámos generalizadamente a designar de "distanciamento social" e, mais drasticamente, de "isolamento social" tem ainda um sentido político (e cultural) em Agamben – as



## **BIOPOLÍTICA E PANDEMIA: QUE FUTURO QUEREMOS?**

**MARGARIDA AMARAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

relações entre os homens deterioram-se e isso reflecte-se na incapacidade de nos encontrarmos com os outros no sentido de partilharmos experiências e ideias políticas e culturais. Como o autor refere, os contactos circunscrevem-se ao *online*, nomeadamente nas aulas, e às mensagens digitais numa relação com o outro cada vez mais mediada por máquinas. (Agamben, *Contágio* 2020) Tudo para que se evite o contágio e, assim, o verdadeiro contacto político e cultural.

No dia 16 de Março de 2020, Paolo Flores d'Arcais escreve um artigo em resposta ao texto "Contágio", intitulado "Filosofia e vírus: os delírios de Giorgio Agamben". O autor ataca violentamente todas as ideias de Agamben sobre a pandemia. Desvaloriza a ideia de que os "estados de excepção" se estejam a tornar formas persistentes de governação e afirma que a pandemia existe realmente, não sendo apenas uma invenção dos média e dos governantes. Defende que as medidas não são ilegítimas – muito pelo contrário, são a única forma de combater uma pandemia que é real. Finalmente, desconstrói a ideia de que o nosso afastamento relativamente ao outro seja um problema "relacional", significando em vez disso "amar o próximo". (D'Arcais 2020) O autor termina de forma avassaladora este seu texto de crítica às posições de Agamben sobre a pandemia.

Um dia depois, Giorgio Agamben escreve o seu texto mais ponderado sobre a pandemia, o qual intitula "Esclarecimentos". Neste artigo, o autor não parece insistir na opinião negacionista que marcou os seus textos anteriores sobre uma "epidemia inventada", sublinhando sobretudo a importância de realizarmos uma reflexão séria sobre o futuro, mais concretamente acerca dos efeitos que a pandemia terá em termos relacionais e políticos. Dito de outro modo, Agamben centra-se agora em



## **BIOPOLÍTICA E PANDEMIA: QUE FUTURO QUEREMOS?**

**MARGARIDA AMARAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

reforçar o seu alerta de que o estado de excepção que vivemos não será inócuo em termos de relacionamento com o outro e de liberdade.

No que diz respeito ao relacionamento com o outro, o autor pergunta "O que se tornam as relações humanas num país que se acostuma a viver assim, ninguém sabe por quanto tempo?" (Agamben, *Chiarimenti* 2020) Este "viver assim" diz respeito ao isolamento social, à perda da experiência de contactos "ao vivo" com os outros, mas ainda à razão que é apontada como justificação para esse isolamento – o perigo do contacto com o outro devido ao risco de contágio que cada um representa. Esta preocupação ética é claramente dirigida ao futuro – o confinamento deixará marcas quando terminar; o outro não deixará de ser visto, pelo menos nos próximos tempos, como um potencial "contagante", um perigo iminente.

Quanto à dimensão política, Agamben interroga-nos "E o que é uma sociedade que não tem outro valor a não ser a sobrevivência?" (Agamben, *Chiarimenti* 2020) Esta questão surge, como vimos, na mesma linha de crítica que, noutros tempos, Agamben havia já dirigido à biopolítica e denuncia igualmente uma preocupação com o futuro. Nesse sentido, talvez a possamos entender não apenas como uma crítica, mas sobretudo como um desafio que nos devemos colocar: que mundo queremos erguer quando a pandemia estiver controlada e, portanto, a sobrevivência individual e colectiva estiver novamente garantida?

### **Conclusão**

Considerando os três aspectos que foram enunciados como integrantes dos textos de Agamben – o negacionismo, a crítica à actuação dos governos e a preocupação com o futuro – torna-se importante apresentar alguns esclarecimentos.





## **BIOPOLÍTICA E PANDEMIA: QUE FUTURO QUEREMOS?**

**MARGARIDA AMARAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

Em primeiro lugar, este artigo não subscreve a posição negacionista que caracteriza sobretudo as primeiras declarações de Giorgio Agamben. Também não foi escrito no sentido de criticar a actuação dos governos que com tantas dificuldades se deparam. Ele surgiu, isso sim, em prol da emergência de pensar sobre o futuro e as consequências éticas e políticas da pandemia. Por um lado, é importante reflectir sobre os efeitos do isolamento social que, mais do que o distanciamento social, nos vai afastando do outro deixando-nos antever que será muito difícil recuperarmos as formas anteriores das nossas relações interpessoais que até há apenas dois anos assumíamos – a descontração de tocar o outro, de o abraçar, de nele não reconhecer um potencial inimigo para a nossa saúde e sobrevivência. Por outro lado, é fundamental tornar presente que cada vez mais desconsideramos direitos e liberdades básicos que, no passado, foram tão difíceis de conquistar. Não se pretende aqui questionar a necessidade de controlar a pandemia com medidas excepcionais que limitam a liberdade do indivíduo em nome de um bem maior – a saúde de cada um e, assim, a saúde pública. No entanto, é muito importante que tenhamos presente que estas medidas excepcionais são isso mesmo – uma excepção que, enquanto tal, deve corresponder a um período temporal limitado. É justamente esse carácter excepcional que devemos ter em mente, sublinhando-o para nós mesmos e para os outros. Isto em nome da recuperação das nossas relações éticas recentes e de uma política temporalmente mais distanciada que não se circunscreve à vida nua, mas sim a uma vida qualificada, especificamente humana.

Torna-se difícil compreendermos o que significaria uma vida qualificada em que a existência verdadeiramente política seria possível. Enquanto seres já nascidos em pleno contexto de uma biopolítica, somos levados a perguntar – que existência é



## **BIOPOLÍTICA E PANDEMIA: QUE FUTURO QUEREMOS?**

**MARGARIDA AMARAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

esta, que política é esta cujo discurso transcende a vida em sentido puramente biológico? Podemos conceber esta existência como aquela que ultrapassa as preocupações com a nossa vida privada. Isto porque a esfera política é pública, implicando um encontro com os outros que se consagra na participação política através da troca de opiniões e da possibilidade de agir. Hannah Arendt denominou a condição humana que permite a acção e o discurso como pluralidade – o facto de sermos todos diferentes e de, por essa diferenciação, sermos capazes de configurar uma esfera pública.(Arendt 1984, 7) Além disso, esta existência ultrapassa ainda, para esta mesma autora, a dimensão social. É-nos muito difícil reconhecer esta distinção entre o social e o político, mas Hannah Arendt apresenta uma imagem exemplificativa a este respeito, evidenciando que as questões sociais são muito mais unânimes do que as questões políticas. Diz-nos a autora:

"Tomemos o problema da habitação social. O problema social é certamente o da habitação adequada. Mas a questão de se esta habitação adequada significa integração ou não é certamente uma questão política. Em todas estas questões há uma dupla face. E uma destas faces não deve estar sujeita ao debate. Não deve haver qualquer debate acerca da questão de que todas as pessoas devem ter habitações decentes". (Arendt 1979, 318)

Podemos transpor este exemplo para aquela que, no contexto pandémico, é a questão primordial – a saúde. A ideia não é desvalorizar o nosso direito à saúde e a um sistema nacional que o garanta uniformemente. Aliás, de acordo com o exemplo que Arendt nos oferece, podemos mesmo dizer que a questão social do direito à saúde, à semelhança do direito social à habitação, "não deve estar sujeita ao



## **BIOPOLÍTICA E PANDEMIA: QUE FUTURO QUEREMOS?**

**MARGARIDA AMARAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

debate". A discussão pode surgir justamente a partir deste direito social incontestável – que política queremos depois deste direito, entre outros, estar garantido? Embora possamos admitir a legitimidade de, no momento presente, mais do que em qualquer outro, ser esta a questão central da nossa cena política, certamente que não desejamos uma política circunscrita a questões de mera sobrevivência.

É importante destacar a oportunidade de pensar que qualquer crise nos oferece. Em sentido positivo, é apenas isso que todo este contexto trágico tem para nos oferecer – a possibilidade de pensar no mundo pós-pandémico que queremos. Efectivamente, a radicalização da biopolítica a que hoje assistimos destruiu de tal forma o universo das relações interpessoais, sejam elas éticas ou políticas, que nos dá uma excelente oportunidade para reflectir sobre o mundo que queremos reerguer depois deste tão grande abalo.

A este nível, é fundamental tomar consciência que a esta crise não se seguirá naturalmente um novo homem e uma nova política. O confinamento pode criar a ilusão de que sairemos obviamente renovados desta crise, quer porque o confinamento permite mais tempo para a introspecção, quer porque ele traz consigo a valorização das relações interpessoais perdidas ou ainda porque do fim da negação da liberdade explodirá uma vontade de participar politicamente. Estas ideias são perigosas justamente porque criam a ilusão de que não precisamos de fazer nada pelo mundo que queremos.

É preciso contrariar a perspectiva segundo a qual uma maior solidariedade ética com os nossos pares, um espaço público e uma verdadeira participação política podem nascer no contexto individualista que cada vez mais invade as nossas vidas.



## **BIOPOLÍTICA E PANDEMIA: QUE FUTURO QUEREMOS?**

**MARGARIDA AMARAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

Se é verdade que o isolamento social promove a atomização dos indivíduos, também é um facto inegável que estamos há muito individualizados, ainda que a espreitar para as janelas virtuais dos outros. Assim, se o mundo que queremos é mais solidário eticamente e mais participativo em termos políticos, é altura de aproveitarmos a experiência radical que a pandemia nos oferece, parar para pensar e contrariar aquilo em que já nos havíamos tornado: seres centrados em si mesmos e comodamente encerrados nas suas vidas privadas.

### **Referências bibliográficas citadas:**

Agamben, Giorgio. "Chiarimenti." Quodlibet. 2020. <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-chiarimenti> (acedido em 2 de Abril de 2021).

— "Contagio." Quodlibet. 2020. <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-contagio> (acedido em 21 de Março de 2021).

— O poder soberano e a vida nua. Traduzido por António Guerreiro. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

— "The coronavirus and the state of exception." *Autonomies*. 2020. <https://autonomies.org/2020/03/giorgio-agamben-the-coronaviris-and-the-state-of-exception/> (acedido em 12 de Março de 2021). <https://doi.org/10.24302/prof.v5i2.1906>

Arendt, Hannah. "Hannah Arendt on Hannah Arendt." Em *Hannah Arendt . The Recovery of the Public World*, de Melvin Hill, 301-339. New York: St. Martin's Press, 1979. <https://doi.org/10.3366/edinburgh/9781474423632.003.0009>

— The Human Condition. Chicago & London: The University of Chicago



## **BIOPOLÍTICA E PANDEMIA: QUE FUTURO QUEREMOS?**

**MARGARIDA AMARAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

Press, 1984.

Aristóteles. *The Nicomachean Ethics*. Traduzido por David Ross. Oxford: Oxford University Press, 1998.

CNR - Consiglio Nazionale delle Ricerche. "Coronavirus. Rischio basso, capire condizioni vittime." CNR - Consiglio Nazionale delle Ricerche. 2020. <https://www.cnr.it/it/nota-stampa/n-9233/coronavirus-rischio-basso-capire-condizioni-vittime> (acedido em 21 de Março de 2021). <https://doi.org/10.3934/mbe.2021067>

D'Arcais, Paolo Flores. "Filosofia e virus: le farneticazioni di Giorgio Agamben." *Micromega*. 2020. <http://temi.repubblica.it/micromega-online/filosofia-e-virus-le-farneticazioni-di-giorgio-agamben/> (acedido em 21 de Março de 2021).

Foucault, Michel. *História da Sexualidade I. A Vontade de Saber*. Traduzido por Pedro Tamen. Lisboa: Relógio D'Água, 1994.

### **NOTA BIOGRÁFICA DA AUTORA**

Margarida Gomes Amaral é doutorada em Filosofia, na especialidade de Filosofia Contemporânea, com uma tese sobre Hannah Arendt (Universidade de Lisboa, 2011). É professora auxiliar convidada na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa e membro da Sociedade Científica desta mesma Universidade. É também membro pleno do grupo de investigação "Praxis – filosofia prática" no Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

### **RESUMO**

Este artigo pressupõe que o contexto pandémico que atravessamos tem consequências negativas em termos éticos e políticos. O isolamento social mantém-nos cada vez mais separados dos nossos pares e o risco da nossa sobrevivência torna legítima uma política exclusivamente centrada em preocupações vitais. Em termos políticos, esta situação pode ser compreendida como o culminar de uma biopolítica que, de acordo com Foucault, se tem instalado desde o século XVIII e que, segundo



## **BIOPOLÍTICA E PANDEMIA: QUE FUTURO QUEREMOS?**

**MARGARIDA AMARAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

Agamben, é plenamente concretizada no mundo contemporâneo. Os textos deste autor sobre a pandemia são marcados por três características fundamentais: negacionismo, crítica à acção governativa e uma preocupação com o futuro. Este artigo sublinha esta última característica, equacionando os enormes riscos que enfrentamos quando é apenas a sobrevivência que está em causa. Contudo, é igualmente importante compreender que a radicalização da biopolítica a que assistimos no mundo actual, e que se constitui como uma novidade, traz consigo a oportunidade para pensar, que todas as crises proporcionam. É este o momento de nos questionarmos acerca do mundo pós-pandémico que queremos. Será certamente um mundo eticamente mais solidário e no qual a participação política permite discutir e exercer a liberdade e os direitos no contexto de uma vida qualificada que transcende a mera sobrevivência.

### **PALAVRAS-CHAVE**

**Biopolítica, Ética, Futuro, Pandemia, Política.**

### **ABSTRACT**

This article assumes that the pandemic context has negative consequences in ethical and political terms. Social isolation keeps us more and more away from our peers and the risk of our survival legitimizes a politics centered on exclusively vital concerns. In political terms, this situation can be understood as the culmination of a biopolitics that, according to Foucault, has been installed since the 18th century and, according to Agamben, is fully realized in the contemporary world. His texts on the pandemic are marked by three fundamental characteristics: denialism, criticism of government action and a concern for the future. This article highlights this last characteristic, understanding the enormous risks we face when it is only survival that is at stake. However, it is equally important to understand that the radicalization of biopolitics that we see in the current world, which is a novelty, brings with it the opportunity to think that all crises provide. It is time to ask ourselves about the post-pandemic world that we want. It will certainly be a world that is ethically more supportive and in which political participation allows to discuss and exercise freedom and rights in a qualified life that transcends mere survival.

### **KEYWORDS**

**Biopolitics, Ethics, Future, Pandemic, Politics.**